

Economia

TEODORA CARDOSO
PRESIDENTE DO CONSELHO
DE FINANÇAS PÚBLICAS

‘Seguir estritamente o FMI e Bruxelas não é boa opção’

Luís Gonçalves
luis.goncalves@sol.pt

Numa entrevista realizada antes da crise política, Teodora Cardoso alerta que os credores muitas vezes desconhecem a realidade portuguesa. A economista defende que a reforma do Estado deve ir ao Parlamento.

Como acha que os portugueses vêem o défice do Estado atingir 10,6% no primeiro trimestre, após dois anos de austeridade?

As previsões iniciais do programa da *troika* e dos Orçamentos do Estado que se seguiram foram claramente otimistas. Como consequência, as medidas previstas também não foram suficientes para atingir os objetivos acordados e entrou-se neste ciclo de revisões das metas. Tem-se a sensação que não se sai do mesmo sítio. As previsões em Portugal sofrem de um optimismo crónico. Mas a *troika* também não é isenta de críticas por andar sempre a oscilar entre o défice nominal, o estrutural, o trimestral, nunca se sabendo qual é o défice que conta.

As metas do défice este ano já eram inalcançáveis e obrigavam a um novo Orçamento Rectificativo?

Na apreciação que o Conselho de Finanças Públicas (CFP) fez do OE Rectificativo, sublinhámos que a estimativa para as receitas fiscais era optimista. A informação sobre a despesa pública em Portugal é muito pobre. Conhecem-se os valores agregados, mas pouco sobre os pormenores. No debate sobre a reforma do Estado era preciso conhecer o tipo de despesa que existe, o que está incluído em cada categoria.

Acredita que a reforma do Estado vai ser uma realidade?

Não tem havido comunicação sobre o tema. Nesta reforma, era preciso mais pedagogia e informação, nem que seja para criar um consenso em torno destas políticas. As medidas deviam ser debatidas politicamente e tecnicamente.

Defende que a reforma do Estado devia ir ao Parlamento para ser discutida?

“

As previsões económicas em Portugal sofrem de um optimismo crónico

É preciso uma reforma fiscal a sério em Portugal

”

Sim. E não só a reforma do Estado. Muitas das medidas que já foram tomadas no âmbito do programa da *troika* deviam ter sido objecto de muito mais discussão e debate no Parlamento. Além de garantir maior responsabilidade a todos, poderia abrir portas para soluções diferentes e tudo isto não se basear só numa subida de impostos.

Por que razão está o Governo tão fechado sobre esse dossiê?

Parece que não tem muita confiança naquilo que está a discutir. Uma reforma da administração pública tem de ser vista pela positiva. Claro que há sempre quem ganha e quem perde. No Rectificativo, por exemplo, o que me chocou foi o facto de a única despesa que caiu foi a da formação profissional e das políticas activas de emprego, que era precisamente aquilo que devia ser totalmente prioritário.

Tem havido uma crescente pressão para uma descida de impostos. Acha possível?

Não estou a ver como uma descida de impostos possa hoje reactivar a situação. É preciso uma reforma fiscal a sério. Existem imensos benefícios fiscais, sobretudo no IRC, que deviam ser revistos. Baixar o IRC para todos seria mais profícuo. Era um caminho importante porque o país precisa de atrair investimento estrangeiro e não vejo os empresários portugueses com capacidade para isso. No IRS e no IVA, não vejo margem para descidas.

As Finanças e a Economia continuam de costas voltadas no Governo?

JOSE SERGIO



Em Portugal, o Ministério das Finanças só é responsável pelas finanças públicas. E isso é algo pouco natural porque o OE devia incluir também as medidas de política económica. Por exemplo, o plano de industrialização de Álvaro Santos Pereira saiu a 23 de Abril e o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) para 2013-2017 foi publicado a 30 de Abril. Porém, este último ignora totalmente a existência do plano de estímulo à economia. Essa ligação entre a economia e as finanças não está na nossa estrutura institucional, mas é uma área que devia ser repensada. É evidente que o OE tem implicações sobre a economia e vice-versa.

O CFP foi muito crítico face à ausência de dados sobre a dívida pública no Rectificativo. A dívida do Estado devia ser a prioridade?

As empresas e as famílias já estão a desendividar-se, o Estado não. É preciso lembrar também que a constante alteração das regras de contabilização da dívida prejudicou o país. O perímetro da dívida pública foi alargado

com a integração das empresas públicas e as PPP, que até ao resgate não contavam para a dívida pública. Mas a dívida não pode continuar a subir e isso tem de entrar na cabeça das pessoas. O país só vai conseguir pagar a dívida se registar um saldo primário positivo, que é algo pouco habitual em Portugal.

Se não for possível atingir um saldo positivo dentro de cinco anos, a reestruturação é inevitável?

Se não reduzimos a dívida a bem, reduzimos a mal. Os países que tiveram reestruturação de dívida ficaram piores. Para Portugal, isso tem de ser o último recurso.

Como avalia a aplicação do programa da *troika*?

Seguir estritamente o que diz o FMI e a Comissão Europeia não é uma boa opção e tenho experiência disso porque estive envolvida nos resgates dos anos 80. Nós conhecemos a nossa realidade e eles muitas vezes não. Isto é um programa para durar três anos. No primeiro, os cortes



horizontais eram uma inevitabilidade, mas logo aí devia ter arrancado a reforma do Estado, quando havia tempo e podiam ter-se evitado algumas medidas de austeridade. O 'curto prazo' voltou a fazer o país perder uma grande oportunidade de reformar a economia.

A visão de curto prazo continua a reinar entre políticos e empresários?
Um dos nossos erros fatais não

foi a entrada na moeda única, mas a interpretação que fizemos dela. O euro surge como resposta à queda do regime soviético e a Europa entretanto abriu-se à Ásia e ao Leste. Obviamente que estes eventos iam ter um efeito de choque na economia portuguesa, mas os políticos e empresários decidiram ignorar isto. Os novos países de Leste, por exemplo, estavam mais no centro da Europa, tinham salários insignifi-

ficantes e alguns detinham mesmo melhor formação que nós.

Como devíamos ter visto o euro?

A UE deu-nos os fundos comunitários e o euro o crédito abundante e barato, que deviam ter servido para fazer a reestruturação da economia e do Estado de que se fala agora, mas para a qual agora não há dinheiro. Em vez de renovar sectores como os têxteis e agricultura, apostar nos serviços, aproveitámos o dinheiro para a construção. É certo que precisávamos de estradas e pontes, mas nunca se pode deixar o sector da construção crescer demasiado porque emprega muita gente e é pouco exigente na formação. As pessoas tinham um emprego que parecia seguro e não se preocuparam em apostar na educação ou formação. Isto estimulou outro sector que foi o comércio e retalho, que detinha a mesma natureza. Mantivemos o emprego durante anos, mas assente em coisas que não eram sustentáveis por si só. Eram necessários outros sectores que produzissem rendimento e os sustentassem no longo prazo. Essa falta de visão de longo prazo foi comum a políticos e empresários.

E essa cultura alguma vez irá mudar?

Temos de começar por algum lado. Temos de olhar as coisas de outra maneira e não estar sempre a pedir ao Estado dinheiro que não tem. Fugimos sempre aos problemas com mais despesa pública. Aumentámos os impostos enquanto deu, depois seguiu-se a dívida pública. E agora as medidas de estímulo económico mais tradicionais, como a aposta na construção, estão esgotadas.



JOSÉ FERREIRA MACHADO

ESTADOS DE ALMA

Pós-troika II

N a semana passada realcei os vectores que, na minha opinião, condicionam a evolução económica em Portugal no pós-troika. Relembrando, eles eram, do lado negativo, o excesso de dívida, a falta de consensos e o cansaço social e, pela positiva, a parcimónia revelada pelas famílias e a agressividade exportadora das empresas. Faltou-me acrescentar uma sexta força, inegavelmente positiva, que são os jovens. Destes, que têm entre 20 e 35 (digamos), é muitas vezes enaltecida a excelente formação académica; mas existe mais: são uma geração que viu o mundo, que está disposta a emigrar; se tal for necessário, e a correr riscos e, para quem, os debates sobre a flexibilização do mercado de trabalho são conversa de velhos pois há muito que acolheram a ideia de que o emprego não é para a vida.

Existem ainda, pairando sobre o jogo destas forças – e nalguns casos dominando-o – as questões relativas à área do euro. Duas sobressaem, uma conjuntural e outra estrutural. A de natureza conjuntural prende-se com a necessidade de os países credores expandirem as respectivas procuras internas, facilitando, deste modo, o ajustamento dos devedores. A estrutural consiste no aprofundamento da integração no sentido da união bancária e da união política por forma a permitir alguma mutualização das dívidas públicas. Caso estes aspectos não se resolvam a incerteza relativamente ao futuro da moeda única perdurará, com prejuízos evidentes.

Mas, em qualquer dos casos, existem coisas que nós em Portugal deveríamos fazer. Só de nós dependem e tornarão mais prováveis os desenlaces positivos pois, como alguém disse, quanto mais se trabalha mais sorte se tem.

Para além de muitas tarefas estruturais de fundo cuja discussão ficará para uma próxima oportunidade, é urgente promover a criação de empre-

go. Mas tal não significa abrir os cordões da bolsa pública (aliás impossível e de utilidade mais do que duvidosa). Deixo três ideias:

1) Os serviços, como a saúde, a educação, a logística, o retalho ou o turismo, são essenciais para proporcionar um crescimento rico em empregos pois usam mais trabalho por unidade de produzida do que a indústria. Muitos destes serviços são transaccionáveis e poderão contribuir para criar novos *clusters* exportadores de elevado rendimento.

2) Um mercado de trabalho 'dinâmico' é imprescindível para que exista uma retoma rica na criação de emprego. É

Em grande medida a troika levou-nos a iniciar aquilo que tinha de ser feito

necessário completar pois a reforma do mercado de trabalho com destaque para a descentralização da negociação salarial, a introdução de um contrato de trabalho único e a reformulação dos benefícios de desemprego tornando-os mais amigos da actividade.

3) Certos impostos, com a TSU à cabeça, são armas de destruição maciça de empregos. Restrições orçamentais impediram e impedem a sua redução generalizada. Mas, ainda assim, será útil restringir essa redução a certos grupos particularmente vulneráveis e cujo desemprego ameaça tornar-se permanente.

Antecipo um pós-troika idêntico ao 'durante-a-troika'. Pois é: em grande medida a troika levou-nos a iniciar aquilo que tinha de ser feito. De qualquer modo, com a crise política espoletada já depois de artigo estar redigido, é cada vez mais provável que a troika se suceda a troika e um novo memorando de resgate.

CFP vai analisar PPP, saúde e pensões

O Conselho de Finanças Públicas (CFP) vai alargar o campo de actividade e avançar para análises sectoriais à saúde, pensões, parcerias público-privadas, empresas públicas ou a lei de enquadramento orçamental.

Actualmente, este órgão criado por exigência da troika para avaliar a política orçamental do Governo centra-se na análise de documentos como o Orçamento do Estado ou o Documento de Estratégia Orçamental. Teodora Cardoso adianta que o CFP está em fase recrutamento e pretende ter uma equipa de 15 pessoas para

assegurar as novas competências.

A responsável refere que não está nos estatutos do CFP fazer previsões económicas – a necessidade de um órgão que faça previsões independentes em Portugal é pedido há anos pela economista –, mas admite avaliar essa hipótese, embora obrigasse a um novo reforço dos quadros do CFP. «As previsões precisam de uma fundamentação muito firme», justifica. A reforma do Estado será outro dossier que Teodora Cardoso admite analisar, no âmbito do CFP. L.G.